



Leia neste número:

Nenhum direito a menos 01

UGT realiza 25ª Plenária da Executiva Nacional 02

UGT debate Reforma Previdenciária 02

Defender a Mulher Brasileira 03

Nenhum recuo nos direitos das mulheres! 03

Carnaval de protestos contra as altas taxas de juros 04

Questionário sobre violência contra Sindicatos 04

Desafios do trabalho a Distância 04



Leia: Reforma da Previdência: Nenhum Direito a Menos

## Nenhum direito a menos

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT

As centrais sindicais unidas na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora consideram inadmissível que o Governo Federal, por meio de propostas intituladas como "Reforma", busquem beneficiar grupos de investidores, instituições bancárias e empresários, mesmo que para isso prejudiquem a classe trabalhadora e sociedade como um todo.



Reconhecemos que existem muitos desafios a serem enfrentados para que o Brasil retome o rumo do crescimento econômico, com foco no desenvolvimento social da sua população, mas não é retirando direitos adquiridos pela população que esse objetivo será alcançado.

A população brasileira é o motor que impulsiona, movimenta e alimenta a economia deste País e, ao propor mudanças que atingem diretamente a vida de pessoas que sobrevivem de salário mínimo, endurecendo seu ingresso em programas previdenciários que têm o objetivo de ajudar a classe trabalhadora num momento de perda de emprego ou quando precisa sair da atividade laboral e buscar sua aposentadoria, o Governo está promovendo um desserviço para toda a nação.

É inadmissível a retirada direitos da classe trabalhadora que paga altos impostos e dependem dos serviços que são oferecidos pelo Estado, como saúde, educação, transporte e segurança, entre outros.

Desta forma, as propostas apresentadas para reforma da previdenciária e trabalhista são perversas para com a sociedade e, principalmente com a camada mais pobre da população.

### Dez razões para ser contra a proposta de Reforma da Previdência

1. Destrói o conceito de proteção social como direito universal
2. Não existe déficit no orçamento da Seguridade Social. A Previdência não é responsável pelo desequilíbrio fiscal
3. Idade mínima de 65 anos, associada à elevação do tempo mínimo de 25 anos de contribuição para homens, mulheres, trabalhadores rurais, servidores públicos e professores
4. Não reconhece a desigualdade do mercado de trabalho entre homens e mulheres
5. Dificulta a aposentadoria para os trabalhadores rurais
6. Redução no valor inicial da aposentadoria e das pensões
7. Dificulta e reduz o valor da aposentadoria por invalidez e aposentadoria especial
8. A proibição do acúmulo de aposentadoria e pensão, independente de seus valores
9. A regra de transição deixa grande parte dos atuais contribuintes de fora
10. Os servidores públicos e os Regimes Próprios de Previdência Social

## UGT realiza 25ª Plenária da Executiva Nacional

A 25ª Reunião Plenária da **Executiva Nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT)** aconteceu nos dias 20 e 21 de fevereiro, em Brasília (DF), reunindo representantes de todos os Estados da federação. Seu objetivo principal é ampliar os debates sobre as reformas da previdência e trabalhista, assim como traçar estratégias de luta da Central para 2017.

**Ricardo Patah, presidente nacional da UGT**, lembrou que, no último Congresso, a Plenária reforçou que a Central, por defender um modelo de sindicalismo cidadão, ético e inovador, é uma entidade reformista. "A UGT defende reformas, mas, a nosso ver, o governo inverteu as prioridades, já que acreditamos serem prioritárias as reformas fiscais e de Estado para contribuir com a geração de emprego e renda para a população", disse Patah.



O líder ugetista enfatizou que a reforma política, que é contemplada na proposta de reforma de Estado, atende a uma das maiores reivindicações vistas durante as manifestações de 2015, que é justamente a moralização do sistema político brasileiro.

Em relação à proposta de reforma trabalhista, Patah foi firme ao defender que é preciso ficar atento à representação dos trabalhadores em local de trabalho, pois, da forma que está apresentada, enfraquecerá a representatividade do movimento sindical. "Será como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro, já que esse representante poderá ser indicado pelo patronal", explicou Patah.

Muitas foram as propostas para ampliar a ação da Central, principalmente neste momento de cenário desfavorável a classe trabalhadora, que está sobre constantes ameaças de perda de direitos.

No segundo dia do encontro, Patah ressaltou que o encontro foi produtivo e mostrou a unidade de luta da Central. "É um momento fundamental para traçar estratégias de fortalecimento ugetista", disse Patah. (Fábio Ramalho – Imprensa UGT)

## UGT debate Reforma Previdenciária

Roberto Santiago e dirigentes sindicais debatem reforma previdenciária



Na última terça-feira (21), o **vice-presidente da UGT, Roberto Santiago**, esteve em Brasília reunido com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e representantes de centrais sindicais para debaterem questões alusivas às reformas previdenciária e trabalhista. O assunto também foi abordado na manhã dessa quarta-feira (22), durante a cerimônia de posse da diretoria da Femaco (foto), eleita para a gestão 2017-2021, em São Paulo.

Roberto afirmou que é contra a medida, uma vez que a mesma prejudica os mais necessitados. "Mais do que dificultar, ela vai 'proibir' o direito à aposentadoria e proteção social para milhões de trabalhadores, principalmente os mais humildes, mulheres e trabalhadores rurais", declarou.

Santiago explicou que a PEC 287/2016 foi elaborada sem a efetiva participação do movimento sindical e encaminhada ao Congresso Nacional em caráter de urgência, sendo aprovada às pressas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

"Infelizmente, a representatividade sindical no Congresso foi diminuída em cerca de 60% nas eleições de 2014, o que é extremamente preocupante, especialmente em um ambiente de forte investida patronal sobre os direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários", explicou.

"A idade mínima para se aposentar passa a ser de 65 para homens e mulheres, e o tempo mínimo de contribuição salta de 15 anos para 25 anos. Na prática, isso significa que o trabalhador precisará contribuir 49 anos para assegurar o recebimento de 100% da aposentadoria. Isso porque o tempo mínimo de contribuição de 25 anos dará direito a apenas 76% da aposentadoria, por conta do cálculo do benefício", completou. Para Santiago, um dos pontos mais graves da proposta do Governo é a equiparação entre as idades de aposentadoria entre homens e mulheres. "Todo mundo sabe que a situação das mulheres na sociedade é diferente dos homens. A mulher tem muito mais responsabilidade em casa, tem uma discriminação no trabalho, uma discriminação na renda", explicou. (Imprensa Femaco)



Conheça a calculadora do Dieese para calcular sua aposentadoria

## Defender a Mulher Brasileira

Um dos motivos mais contundentes para a **União Geral dos Trabalhadores** se oporem à pretendida Reforma da Previdência é porque a proposta **Não reconhece a desigualdade do mercado de trabalho entre homens e mulheres.**

Isso é inaceitável diante da situação atual da mulher brasileira. Segundo os dados da ONU Mulheres, o salário médio para os homens é 30% maior do que o de mulheres. A taxa de desemprego das mulheres é cerca de duas vezes a dos homens, uma diferença que aumenta quando se comparam homens brancos (5,3%) com mulheres afrodescendentes (12,5%).



Não bastassem esses números, as mulheres sofrem violência, assédio, estupro. A taxa de feminicídio para as mulheres dobrou entre 1980 e 2011, e hoje uma mulher é assassinada a cada duas horas, a maioria por homens com os quais têm relações íntimas, colocando o Brasil como o sétimo país do mundo com maiores taxas de feminicídio. Em 2012, o número de estupros foi superior a 50.000.

As mulheres têm pouco poder para enfrentar essa situação. O Brasil continua a ocupar o lugar 121º lugar no ranking de participação das mulheres na política, com as mulheres ocupando pouco mais de 10% dos assentos no Congresso Nacional. As mulheres também ocupam apenas 10% das prefeituras e representam 12% dos conselhos municipais, apesar do cumprimento da lei de cotas (30%) obtido primeira vez nas eleições municipais de 2012.

A União Geral dos Trabalhadores não aceita nenhum recuo nos Direitos das Mulheres.

## Nenhum recuo nos direitos das mulheres!

Fim da Violência contra a Mulher, Investir na Economia da assistência, Diminuir a Brecha Salarial!

No Dia Internacional da Mulher, a **Confederação Sindical Internacional - CSI** e suas afiliadas se juntam aos defensores dos direitos humanos e às organizações feministas e das mulheres no apelo pela garantia e o respeito dos direitos das mulheres no trabalho, no lar e em nossas comunidades.

O aumento da misoginia populista ameaça reverter os progressos no sentido da igualdade entre os sexos e na autonomia das mulheres - da austeridade e privatização dos serviços de assistência pública para o trabalho cada vez mais precário e casual, do ressurgimento em atitudes patriarcais aos ataques à saúde e direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

É hora de Organização. E as mulheres estão respondendo ao desafio.

Na Islândia e França milhares de mulheres deixaram seus postos de trabalho para exigir salário igual para trabalho de igual valor. Na Polónia, quase seis milhões de mulheres marcharam e impediram uma reversão anti-aborto. Em toda a América Latina as mulheres estão a exigir o fim da violência baseada no género. Na Rússia, as mulheres estão a resistir tentativas de descriminalizar a violência doméstica.

Em janeiro deste ano, mulheres, homens e crianças em mais de 600 cidades em todo o mundo levantaram-se contra a misoginia, racismo, fanatismo e intolerância e pela igualdade, paz, justiça e liberdade.

Como sindicalistas, estamos unidos em torno dos muitos desafios que nos confrontam: a crescente desigualdade, populismo e nacionalismo, as mudanças no mundo do trabalho, as alterações climáticas e as muitas guerras e conflitos que estão produzindo milhões de que os refugiados e pessoas deslocadas.

Continuamos firmes em nossa determinação de garantir um trabalho decente e de qualidade para as mulheres e fim da diferença salarial entre os sexos. E continuamos empenhados em acabar com a discriminação e violência que afetam o dia a dia das mulheres no trabalho.

Exigimos uma Convenção da OIT para acabar com a violência e o assédio.



¡Apoyen un  
Convenio de la  
OIT!



Greve Internacional  
das Mulheres

## Carnaval de protestos contra as altas taxas de juros

A União Geral dos Trabalhadores - UGT em conjunto com outras centrais sindicais promoveu na quarta-feira, dia 21, um carnaval de protestos contra as elevadas taxas de juros.

Com faixas e cartazes como "a ala dos mascarados do Banco Central", os sindicalistas protestaram em frente à sede da Instituição, no dia em que os membros do Copom (Comitê de Política Monetária), definiram o novo índice da Taxa Selic, que sofreu uma redução de 0,75%, passando de 13 para 12, 25%. Uma redução que não atende a expectativa dos trabalhadores, pois o país ainda figura como um dos que apresenta umas das maiores taxas do mundo.



## Questionário sobre violência contra Sindicatos

A Secretaria de Relações Internacionais da UGT solicita a ajuda dos Sindicatos filiados no preenchimento de questionário da Confederação Sindical internacional (CSI) sobre as violações do direito a Liberdade Sindical, o Direito da Negociação Coletiva e o Direito de Greve.

As informações farão parte dos relatórios da CSI sobre as violações de direitos trabalhistas no mundo e que serão apresentados na Conferência Internacional do Trabalho em junho de 2017 e publicados na página da CSI.

São 35 questões abrangendo temas como:

Os sindicalistas estão sendo presos? Os escritórios dos Sindicatos têm sido atacados ou ocupados? Os empregadores e o governo têm tentado influir nas eleições sindicais? As greves têm sido proibidas ou impedidas?

Por favor, respondam a cada uma delas com sim ou não. Além disso, é importante salientar a necessidade de se colocar exemplos nos quadros que estão abaixo de cada pergunta. Depois de preenchido, favor remeter o questionário para internacionais@ugt.org.br até o dia 10 de março/2017.

## Desafios do trabalho a Distância

Novo relatório da OIT destaca oportunidades e desafios na expansão do trabalho a distância

O relatório da OIT e do Eurofund mostra que o uso das novas tecnologias de comunicação abre caminho para um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal, mas também borra as fronteiras entre trabalho e casa.

A expansão do uso de tecnologias digitais, como smartphones, tablets, laptops e computadores desktop para trabalhar a distância (seja em casa ou em outros lugares) está rapidamente transformando o modelo tradicional de trabalho. Essa tendência pode melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal, reduzir o tempo de deslocamento e aumentar a produtividade, mas também pode resultar em horas de trabalho mais longas, maior intensidade de trabalho e interferência no trabalho e em casa, segundo um novo relatório lançado hoje pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Eurofound.

O relatório sintetiza uma pesquisa realizada pelas duas organizações em 15 países, incluindo Brasil, Estados Unidos, Argentina, Índia, Japão e dez Estados-Membros da União Europeia: Bélgica, França, Finlândia, Alemanha, Hungria, Itália, Holanda, Espanha, Suécia e Reino Unido. O estudo identifica vários tipos de funcionários que utilizam novas tecnologias para trabalhar a distância, ou seja, fora das instalações de seus empregadores.



Questionário sobre violência contra Sindicatos



Working anytime, anywhere: The effects on the world of work